

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NAS EMERGÊNCIAS EM DESASTRES: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA¹

André Luiz Cordovil Possato²

Beatriz dos Santos Pereira³

RESUMO:

Situações de calamidades, emergências e desastres tem acontecido ao redor do mundo e mais frequentemente nos últimos tempos. Essa realidade é aplicável ao Brasil e, frente aos impactos causados por tais eventos, há a demanda de atuação de equipes multidisciplinares tanto em ações preventivas e formação de políticas públicas, quanto na assistência. Os impactos psicológicos em emergências evidenciam a necessidade de regulamentação e preparação específica dos psicólogos para atuarem nesse contexto. Com isso, o presente artigo tem como objetivo realizar uma discussão a respeito das políticas públicas existentes acerca das emergências e desastres e o papel da psicologia na atuação e construção dessas. Como metodologia, o trabalho utilizou o método de revisão narrativa da literatura por meio de livre pesquisa sobre materiais científicos e oficiais sobre o tema. O conteúdo foi pesquisado em bases de dados como Google acadêmico, Scielo, e em sites oficiais do Conselho Federal de Psicologia e em outras instituições, foi analisado e discutido ao longo do trabalho. Como resultados evidencia-se a necessidade de aprimoramento das políticas públicas e das ações da psicologia em emergências e desastres, considerando ações intersetoriais, multidisciplinares, organizadas, bem como a efetiva capacitação para atuação dos psicólogos. Estimula-se ainda que mais estudos e pesquisas sejam realizados para promover a ampliação do conhecimento específico sobre o tema.

Palavras-chave: Psicologia. Emergências em desastres. Políticas públicas de saúde.

PUBLIC POLICIES IN EMERGENCIES AND DISASTERS: A VIEW OF PSYCHOLOGY

ABSTRACT:

Situations of calamities, emergencies and disasters have happened around the world and more frequently in recent times. This reality is applicable to Brazil and, given the impacts caused by such events, there is a demand for multidisciplinary teams to act both in preventive actions and in the formation of public policies, as well as in

¹ Artigo de trabalho de conclusão de curso de graduação em psicologia do Centro Universitário Academia (UniAcademia-JF) na linha de pesquisa Psicologia e Saúde. Recebido em 11/04/2022 e aprovado, em 20/06/2022.

² Discente do curso de graduação em psicologia da UniAcademia. E-mail: andrepsicologiajf@gmail.com.

³ Doutora e Mestre em Saúde pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Juiz de Fora (FAMED-UFJF). Psicóloga pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/JF) e docente do Centro Universitário Academia (UniAcademia). E-mail: beatrizpereira@uniacademia.edu.br

assistance. The psychological impacts in emergencies highlight the need for regulation and specific preparation of psychologists to work in this context. With this, the present article aims to carry out a discussion about existing public policies on emergencies and disasters and the role of psychology in the performance and construction of these. As a methodology, the work used the method of narrative review of the literature through free research on scientific and official materials on the subject. The content researched in databases such as Google academic, Scielo and on official websites of the Federal Council of Psychology and in other institutions was analyzed and discussed throughout the work. As a result, it is evident the need to improve public policies and psychology actions in emergencies and disasters considering intersectoral, multidisciplinary, organized actions, as well as the effective training for psychologists to work. It is also encouraged that more studies and research are carried out to promote the expansion of specific knowledge on the subject.

Keywords: Psychology. Disaster emergencies. Public health policies.

1 INTRODUÇÃO

Pessoas em todo o mundo são afetadas por eventos considerados desastres, sendo estes de variadas origens e proporções. Essas situações emergenciais exigem planejamento, políticas públicas e intervenções específicas adequadas as necessidades das pessoas afetadas, contexto em que se inclui a abordagem de demandas psicológicas.

A Defesa Civil define calamidade como “Desgraça pública, flagelo, catástrofe, grande desgraça ou infortúnio” (CASTRO, 1998, p.33), e catástrofe como “[...] acontecimento funesto e lastimoso. Desastre de grandes proporções, envolvendo alto número de vítimas e/ou danos severos” (CASTRO, 1998, p.36), enquanto desastres são dados como “resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema (vulnerável), causando danos humanos, materiais e/ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais” (CASTRO, 1998, p.52). Os desastres podem variar de acordo com sua intensidade, evolução e origem. Quanto a intensidade, podem ser classificados em nível I, II, III e IV (de pequena, média, grande e muito grande intensidade, respectivamente) e quanto a evolução, podem ser categorizados em súbitos, graduais ou de somações dos efeitos parciais. Com relação a origem, podem ser classificados em naturais, humanos ou mistos (CASTRO, 1998).

Como exemplos desses eventos podemos citar fatos ocorridos relativamente recentes como o terremoto no Haiti e no Chile em 2010, as inundações na Austrália entre 2011 e 2012, o terremoto seguido de tsunami no Japão em 2011 e o furacão Katrina nos EUA em 2005. Pela localização geográfica do Brasil, não há, em nosso território, grande frequência de eventos precipitados pela natureza como furacões ou terremotos, mas cada vez mais são observados eventos catastróficos como enchentes e deslizamentos, nos quais podemos citar como exemplos os ocorridos em Santa Catarina no ano de 2008, e no Rio de Janeiro em 2009 e 2011, (PARANHOS; WERLANG, 2015), além das catástrofes relacionadas a atividade de mineração em Mariana no ano de 2015 e em Brumadinho no ano de 2019, ambos no estado de Minas Gerais com grandes impactos incluindo os relativos a saúde mental (ROCHA, B. M.; ROCHA, G.M., 2020).

Pesquisadores discutem a possível interlocução entre as políticas públicas e a contenção de riscos, mostrando a importância de se ter um plano de contingências com políticas e serviços preparados para acolher demandas emergenciais, destacando-se o planejamento de ações (VIEIRA; ALVES, 2020). A análise realizada no texto de Gestão Local de Desastres Naturais para a Atenção básica (2016), evidencia a necessidade de mais pesquisas no campo de emergências e desastres, indicando que esses eventos pouco estão associados a processos de mensuração e identificação de riscos. A literatura também aponta o impacto desses eventos na saúde mental dos sobreviventes como reações de estresse e crise emocional em momento mais imediato ao acontecimento, estresse agudo com fortes recordações do evento e reações ansiosas nos três meses que seguem o evento até reações crônicas de estresse pós-traumático, e outros problemas associados como ansiedade e depressão (NOAH et al., 2019).

A demanda em saúde mental, seus impactos imediatos e a longo prazo evidenciam a importância da atuação do psicólogo no contexto de emergências e desastres. Nesse sentido, recentemente o CFP lançou (2021) uma cartilha contendo reflexões ampliadas sobre a atuação da psicologia em situações de riscos, emergências e desastres. Esse documento considera que as ações devem ser integradas às redes de serviços públicos, especialmente da Defesa Civil, do Sistema Único de Saúde (SUS), do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), de Segurança Pública, Educação, além da contribuição das empresas, isto é, da iniciativa

CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 4, n. 7, p. 524-541, jan./jun. 2022 – ISSN 2674-9483

privada, e de voluntários, de modo a implementar um plano bem articulado, intersetorial, tratando das ações de curto, médio e longo prazo.

Discutir as possibilidades de atuação da psicologia em emergências e desastres, sua participação na prevenção e preparação, considerando a participação nas políticas públicas específicas é o foco principal desse estudo. Espera-se como resultado, a contribuição para a reflexão e melhorias das práticas psicológicas nesse contexto.

Mediante as inúmeras possibilidades de atuação da psicologia nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo geral discutir a atuação do psicólogo e sua interface com as políticas públicas. Como objetivos secundários estão evidenciar as demandas psicológicas no contexto de calamidades, destacar as regulamentações sobre a práxis profissional, bem como discutir possibilidades de atuações e colaboração da psicologia no desenvolvimento e regimento deste vasto campo de atuação.

Para que estes objetivos fossem atingidos, foi realizada como metodologia uma pesquisa narrativa e livre da literatura, contendo materiais bibliográficos referentes a temática disponíveis nas bases de dados Scielo, Google Acadêmico, em sites oficiais como o do Conselho Federal de Psicologia (CFP), dentre outros. Nas buscas em bases de dados, foram utilizados os descritores as palavras: psicologia, emergências em desastres e políticas públicas de saúde, selecionadas a partir da padronização de descritores pelo sistema de descritores em ciências da saúde (DeCs).

Os resultados são apresentados ao longo deste artigo em forma de discussão dos temas, conteúdos e perspectivas encontrados na literatura que serão dispostos nos tópicos temáticos a seguir.

2 A SAÚDE MENTAL NO CONTEXTO DE EMERGÊNCIAS E DESASTRES

Há no Brasil a Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE) que diferencia os tipos de desastres e os classifica quanto a intensidade, evolução, origem e periodicidade (BRASIL, 2016). Os mais comuns são os desastres naturais, como por exemplo os geológicos, meteorológicos, climatológicos e biológicos, e os desastres tecnológicos que envolvem radioativos, produtos químicos e rompimentos de barragens (FERREIRA; SILVA, 2011, p.92). A intensidade e a

CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 4, n. 7, p. 524-541, jan./jun. 2022 – ISSN 2674-9483

duração da exposição do sujeito ao evento traumático impactam na sua reação emocional e em sua saúde mental (SCHAEFER; LOBO; KRISTENSEN; 2012).

Os mesmos autores discutem que os eventos estressores descritos no Manual de Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM) sobre as reações psicológicas em situações catastróficas estão relacionados com o fenômeno do estresse pós-traumático (TEPT) e citam, dentre as repercussões em saúde mental as perturbações cognitivas, desesperança, medo do perigo, ansiedade, mudanças de humor, raiva, somatizações, suicídios e muitos outros sintomas. Ressaltam ainda que nem todos aqueles submetidos ao evento emergencial irão desenvolver o TEPT, porém quanto maior a duração do evento e sua intensidade, mas vulnerável ao adoecimento mental estarão as pessoas envolvidas (SCHAEFER; LOBO; KRISTENSEN, 2012).

Já Sbardelloto et al. (2011) apresentam como sintomatologia em casos de transtornos de estresse pós-traumático (TEPT) e de transtornos de estresse agudo (TEA), oscilação entre torpor e agitação, revivência da situação traumática ou sua evitação, dentre outros. Ressaltam ainda como variados eventos estressores favorecem essa sintomatologia e que, a perturbação da homeostase do sujeito pode levar ao adoecimento.

Utilizando o exemplo do rompimento da barragem da Vale, nominada “Mina Córrego do Feijão”, em Brumadinho (Minas Gerais, Brasil), que consistiu em um desastre tecnológico de acordo com a classificação apresentada, ocasionou mais de 300 mortes com grande número de pessoas desaparecidas e teve grande repercussão na saúde mental das pessoas afetadas. O estudo de Noal et al. (2019) buscou verificar o impacto psicológico desse evento. Os autores destacam como fatores que impactaram na saúde mental das pessoas, dentre outros aspectos, a magnitude do evento, o grande número de óbitos, a destruição de casas, espaços públicos e do ecossistema. As repercussões psicológicas descritas foram reações imediatas de estresse (como reações fisiológicas de alerta, taquicardia, sudorese, aflição e agressividade), reações de estresse agudo como reações ansiosas, revivência do evento, evitação, sintomas de dissociação e paralisia e reações crônicas de estresse pós-traumático, associados a quadros de ansiedade e depressão e transtornos somáticos. Ainda sobre a tragédia de Brumadinho, Félix et al (2020) evidenciam o desenvolvimento de transtornos psicossociais pelos sobreviventes

CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 4, n. 7, p. 524-541, jan./jun. 2022 – ISSN 2674-9483

como reação ao evento traumático vivenciado, com a identificação de um grande número de pessoas com transtorno de ansiedade, estresse e depressão simultaneamente. Os autores destacam a depressão e o TEPT como consequências mais impactantes.

Outro caso emblemático no Brasil foi o incêndio da boate Kiss no município de Santa Maria (RS) no ano de 2013 que deixou muitas vítimas, em sua grande maioria jovens universitários, sendo 242 pessoas mortas e mais 680 feridas. O evento ganhou grandes proporções na mídia nacional e internacional e comoveu toda uma nação. Costa; Pacheco; Perrone (2016) destacam o grande potencial traumático desse evento, podendo provocar um desarranjo funcional nos indivíduos, o que evidencia os impactos em saúde mental.

3 ATUAÇÃO DO (A) PSICÓLOGO (A) EM EMERGÊNCIAS E DESASTRES

Os impactos psicológicos ocasionados por eventos catastróficos evidenciam a necessidade de suporte psicológico em situações de emergências e desastres. Como regulamentação dessa prática a psicologia conta com a orientação do CFP por meio da Referências Técnicas para atuação de psicólogos na Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres (CFP, 2021). Este documento foi produzido no âmbito do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) e se propõe a realizar uma reflexão crítica e histórica sobre a inserção da psicologia no campo das emergências e dos desastres, ampliando as possibilidades da atuação dos psicólogos no gerenciamento de riscos e vulnerabilidades.

Neste documento, o CFP introduz uma reflexão que a inserção da psicologia no contexto de emergências e desastres tem sido gradual, com a maioria dos estudos voltados para a assistência aos sobreviventes, e evidencia a necessidade de “elaborar estratégias que tragam segurança, reativação de redes afetivas e cuidados em momentos de crise, bem como manter serviços de saúde mental especializados para os casos mais graves” (CFP, p.31, 2021), destacando que entre os anos de 2015 e 2017 foram criadas comissões nacionais e, desde o ano de 2018, foram formados grupos de trabalho (GT) para abordar essa especificidade.

Segundo a perspectiva do CFP (2021), alguns aspectos norteadores para a atuação do psicólogo em emergências e desastres são importantes, como as ideias organizadas a seguir:

- As ações devem considerar uma perspectiva de longo prazo e não apenas uma intervenção imediata para alívio do sofrimento agudo;
- A psicologia não deverá atuar isoladamente, mas deverá fazer parte de uma rede de cuidado com intervenções desde a prevenção até o momento pós desastre;
- A psicologia deve estar incorporada na Defesa Civil como profissional que organiza as linhas de cuidado;
- A atuação da psicologia irá para além da escuta clínica e envolvem a ampliação da percepção dos riscos sociais e ambientais presentes no território, bem como ações preventivas, e deve integrar a equipe de gestão;
- Uma das prioridades em emergências será proteger e melhorar a saúde mental e o bem-estar psicossocial das pessoas;
- A psicologia atua junto ao poder público na garantia dos direitos sociais e humanos da população.
- A atuação da psicologia deve integrar ações nos três níveis de esfera do governo, sendo importante a participação na coordenação dos serviços do SUAS e do SUS, na Rede de Atenção Psicossocial e Socioassistencial, dentre outros.

O CFP (2021) ainda estimula a formação continuada do psicólogo por meio de cursos de capacitação e pós-graduação específica em emergências e desastres e destaca que esta formação deverá envolver temas que considerem os recursos do território, mapeamento, levantamento de demandas, recursos estratégicos, avaliações e planejamentos com o conhecimento de protocolos e procedimentos validados e científicos, além daqueles conhecimentos básicos para a atuação nesse contexto.

Pacheco, Souza (2016) discutem que há poucos anos, as políticas públicas se mostravam preocupadas com as ações de resposta aos eventos catastróficos, em detrimento das ações de prevenção e minimização dos riscos de desastres; situação que se diferencia da atual preocupação expressa pelo CFP. Esse fato eleva a

importância da participação da psicologia na construção da atual Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, se apresentando como elemento importante ao trabalho multidisciplinar.

Quanto a prevenção, mitigação e preparação, a psicologia pode contribuir, de acordo com o CFP (2021), de forma integrativa aos programas já existentes, incluindo a temática da saúde mental e atenção psicossocial nos planos de contingência, levando em conta os aspectos psicossociais das populações em situação de risco e suas vulnerabilidades. Pode ainda participar dos treinamentos de profissionais de socorro e suporte, acrescentando informações sobre as respostas esperadas nas ações, capacitando as equipes sobre gerenciamento de abrigos para prestarem os primeiros cuidados psicológicos. Inclui-se a possibilidade de mobilização dos líderes comunitários, da população vulnerável e demais atores sociais para construir em conjunto, estratégias de prevenção e solução de problemas.

O CFP (2021) recomenda ainda algumas estratégias de intervenção e cuidado como elaborar formas de comunicar situações de risco com a sociedade, com atenção especial nos grupos mais vulneráveis, preparar a sensibilização de toda equipe sobre o assunto com viés de apoio emocional e psicológico; estimular o espírito solidário entre a comunidade, incentivando também a importância do autocuidado; nortear o abalo sobre a reação, a fim de buscar menor efeito nas reações com a finalidade de evitar medicação psicotrópica, almejando implementação de equipes de Saúde Mental e Apoio Psicossocial (SMAPS), tendo como objetivo atenção primária de saúde; buscar a implementação da atenção à saúde mental individual e de grupos, assim como de famílias e comunidades que foram afetadas, como parte de um plano de restabelecimento psicossocial de médio prazo, com duração mínima de 6 meses.

Para exemplificar as ações da psicologia no contexto de emergências e desastres, Noal et al (2016) descrevem os procedimentos adotados na assistência em saúde mental no incêndio da boate Kiss em 2013. No momento do evento crítico, houve uma reunião entre profissionais da saúde e gestores representantes das três esferas do governo para discutir as principais demandas. Estruturas e serviços de apoio foram mapeados. No mesmo dia dessa reunião, houve a reunião de profissionais e pessoas voluntárias para a formação de equipes de suporte e cuidado. Foram pactuados eixos de cuidados de acordo com as premissas do SUS com os

núcleos de gestão, de educação permanente e de regulação em saúde mental, de apoio psicossocial.

No que se refere ao grupo de apoio psicossocial, foi realizada a nomeação de um grupo de psicólogos e profissionais da saúde voluntários que ficaram responsáveis por prestarem apoio qualificado aos profissionais das Unidades de Pronto atendimento (UPA), e Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) aos afetados, familiares, amigos e outras pessoas demandantes de apoio, e para auxiliar os trabalhos. Uma unidade do Centro de Atenção psicossocial (CAPS) foi direcionada, em forma de escala de plantão, para atendimentos a pessoas que apresentavam sintomas indicativos de sofrimento emocional. Já nos hospitais, equipes de psicologia foram preparadas para oferecer suporte, tanto para os pacientes quanto para seus familiares e cuidadores, bem como aos cuidados da própria equipe de saúde. Também houve organização dos serviços da Atenção Primária a Saúde (APS) com sensibilização para o atendimento da comunidade. Os autores descrevem a realização de acompanhamento pós-evento como uma transição da estratégia de cuidado inicial, para uma mais duradoura, para produzir um cuidado coeso e articulado (NOAL; et al, 2016).

Em seu interessante texto, Paranhos, Werlang (2015) discutem a prática psicológica em emergências e desastres e evidenciam que eventos catastróficos e seus impactos são cada vez mais comuns e merecem atenção. Destacam ainda a necessidade de planejamento e infraestrutura adequada ao manejo desses eventos, contexto no qual se inclui a psicologia. Nesse cenário, a profissão deverá lançar mão de conhecimento científico e técnicas específicas, com ações pautadas nos princípios éticos que possibilitem a assistência em saúde mental da população frente ao cenário de catástrofe. Refletem ainda que este é um campo relativamente recente e ainda em desenvolvimento.

Na mesma perspectiva, Ibrahim et al. (2021) discutem a atuação profissional em diversos desastres e ponderam os limites e possibilidades de intervenção. Os autores destacam a importância de os profissionais realizarem ações em conjunto e colaborarem para uma assistência integral as pessoas afetadas. A abordagem deve ser social e histórica a fim de gerar discussões éticas, psicossociais, teóricas e de enfrentamento das desigualdades presentes. Deve-se ampliar os saberes, conhecendo os territórios e se aproximando da população com um olhar humanizado.

4 PSICOLOGIA: POLÍTICAS PÚBLICAS, ATUAÇÃO E DESAFIOS

Os estudos sobre políticas públicas, cujos conceitos históricos são bem aceitos no Brasil, são norteadores para a implementação das estratégias necessárias, como observado no movimento de Reforma Sanitária que impulsionou modificações na organização da assistência à saúde, até o modelo do SUS é conhecido atualmente (HOCHMAN, 2007; 2016).

Dentre as diversas políticas públicas desenvolvidas, encontra-se uma específica para emergências e desastres ao qual será tópico da discussão proposta. Assim como em outras partes do mundo, no Brasil foram registrados eventos catastróficos e, entre 1995 e 2015, houve aproximadamente 51 milhões de brasileiros afetados por desastres. Há recomendações para conhecimento da vulnerabilidade socioambiental (VIEIRA; ALVES, 2020) e de planejamento para a ampliação da capacidade de resposta aos desastres desde a década de 70, tendo como precursor o Programa de Preparativos para Situações de Emergência e Resposta a Desastres em Saúde, na Organização Pan-Americana da Saúde (FERREIRA; SILVA, 2011, p. 92, apud UGARTE; AGUILAR and MAUVERNAY, 2018). Para tentar diminuir os riscos de ocorrências de desastres pelo mundo, muitos acordos foram firmados ao longo do tempo e um desses acordos é o marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres, pactuado de 2015 a 2030, que se destaca por instigar práticas inclusivas, acessíveis e intersetoriais, visando ações mais eficazes (VIEIRA; ALVES, 2020, p. 133). Porém, é comum o início dos primeiros passos sem um trabalho de efetiva transformação social, especialmente com a população em áreas de risco (PACHECO; SOUZA, 2016).

Setores como o da Secretaria de Saúde, de Educação e da Secretaria de Assistência Social possuem protocolos de ação que envolvem, por exemplo: atendimentos multidisciplinares em saúde aos desabrigados (com a participação do psicólogo na equipe), uso de escolas como abrigo temporário, cadastro das famílias atingidas e busca por doações, mas destaca-se a necessidade de ampliação dessas ações com a integração das medidas de cuidado e comunicação intersetorial. Devem ainda ser considerados todos os aspectos históricos, socioculturais, políticos e econômicos que permeiam os eventos catastróficos no tocante a elaboração das

CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 4, n. 7, p. 524-541, jan./jun. 2022 – ISSN 2674-9483

estratégias de prevenção e manejo desses eventos (VIEIRA; ALVES 2020; FERREIRA; SILVA, 2011; CFP, 2019 - CREPOP).

Outras políticas públicas que conferem contribuição importante para reduzir riscos de desastres é a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), criada em 1997 e poderia impactar com a efetiva prevenção de eventos evitáveis por drenagem adequada, manejo das águas e realização do correto saneamento, destaca Assumpção et. al, (2017). A Lei nº 12.608/2012 que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDC) autorizou a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres e reconhece o sistema de manejo de águas e drenagem mencionado como uma abordagem de grande potencial preventivo. É sugerido que essa política atue conjuntamente com as relações ambientais e fomenta ensino e pesquisas correlatas, estimulando maior conhecimento sobre o assunto e melhores propostas de atuação e tomadas de decisão (ASSUMPÇÃO; et. al, 2017, p. 43), tendo como discussão central as medidas preventivas.

Considerando uma realidade de deterioração das estruturas urbanas, o aumento de eventos catastróficos (FERREIRA; SILVA, 2011) e o vagaroso progresso de sistemas e políticas de prevenção aos desastres (ASSUMPÇÃO; et. al, 2017, p.44), tem-se um cenário que carece de parcerias para desenvolvimento. Nesse cenário complexo, a psicologia tem a oportunidade de se aproximar das políticas públicas e contribuir para esta causa. Um marco dessa aproximação foi o aceite da proposta de trabalho do CFP pela Secretaria Nacional de Defesa Civil no ano de 2006, que originou o I Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e Desastres, passo inicial de uma série de iniciativas realizadas no decorrer deste tempo que incluem participação frequente do CFP e dos CRP's nas Conferências Nacionais de Defesa Civil, e o auxílio para a criação da Rede Latino-Americana de Emergências e Desastres com reunião em diversos países para propor atividades referentes ao tema (FERREIRA; SILVA, 2011, p.2).

Segundo o entendimento do CFP, “a atuação do (a) psicólogo (a) deverá estar integrada ao Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil, a ser elaborado pelo Município/Estado/Governo Federal, em conformidade com a Lei 12.983 de 2 de junho de 2014” (CFP, 2016, p.3). Esse plano é o documento que define as ações de atendimento às pessoas atingidas por desastres, orientando quanto ao cadastramento das equipes técnicas e de voluntários para atuarem em tais circunstâncias.

No contexto de emergências e desastres, a (o) psicóloga (o) precisa sempre considerar as vulnerabilidades das pessoas atingidas para agir adequadamente e por meio da escuta qualificada, “[...] pode servir para reduzir essa exclusão desses cidadãos, que não conseguem dizer de sua própria vida, pois não são escutados, mas ficam olvidados” (PACHECO; SOUZA, 2016, p. 141). A psicologia pode ainda, fomentar os recursos da população para seu empoderamento e fortalecer uma cultura de resiliência. Para atingir esse objetivo será necessário lidar com crenças da população, suas suposições ou opiniões, contribuindo para uma visão crítica de seu ambiente, de modo a favorecer transformações sociais (CREPOP, 2019, p.36-37).

Seguindo a ética e a responsabilidade social, são inúmeras as atividades que podem ser realizadas pela psicologia na Defesa Civil e podem ser organizadas não apenas nas respostas e reconstrução, mas também na prevenção e preparação. Ao reconhecer a importância da profissão nesse meio, os gestores da Defesa Civil puderam compreender que os problemas psicológicos advindos com os desastres são inúmeros e os psicólogos são os atores mais bem preparados nessa área para auxiliar, uma vez que suas ações são de grande utilidade no tema.

Os trabalhos realizados dentro da complexidade que é uma emergência e desastre, pelo profissional, deverá estar de acordo com as normativas do CFP e com as normas técnicas dessa categoria que evidenciam a participação da profissão desde o momento de prevenção até o pós-desastre, com a realização de ações conjuntas como demais profissionais nas diversas áreas do saber, em busca de minimizar a vulnerabilidade e o impacto causado por esses eventos (CREPOP, 2019).

O CREPOP evidencia que os desastres podem causar impactos diversos sobre a saúde das pessoas e sua repercussão irá depender da tipologia do evento, das vulnerabilidades da área atingida e da capacidade de resiliência presente no local, dentre outros variados aspectos. Isso se aplica tanto quando o foco é a comunidade quanto as instituições envolvidas na resposta a esses eventos. “Cada desastre tem um comportamento que pode se alterar, mesmo que seja a mesma tipologia, ou seja, uma inundação será diferente a cada ocorrência, mesmo quando atingem o mesmo lugar” (CREPOP, 2021, p. 92). Considerando a multiplicidade dos eventos e a emergência de situações com demandas que extrapolem os atuais protocolos, tem-se um grande desafio para a atuação em emergências e desastres, em especial à assistência psicológica.

Uma importante reflexão quanto aos desafios da atuação da (o) psicóloga (o) em emergências e desastres é a necessidade do desenvolvimento de estratégias preventivas e de planos de contingência que envolvam excelente capacitação profissional, articulação com a equipe, além de políticas e estratégias eficientes. Como ações, realizam triagem das pessoas, analisam cenários, organizam e participam do acolhimento, além dos cuidados com o vínculo familiar e comunitário que precisa ser garantido. Devem ser criadas redes de apoio, que são fundamentais para a reconstrução individual e coletiva. Para isso o psicólogo irá realizar atendimentos individuais e em grupo, além de usar outras estratégias pertinentes para a boa execução do trabalho (FERREIRA; SILVA; 2011). Considera-se ainda o cenário diverso do atendimento não correspondente ao setting terapêutico clínico tradicional como um dos grandes desafios a serem enfrentados (CREPOP, 2019). Adicionalmente, conhecimentos da psicologia comunitária são aliados em situações de calamidades e gestão de riscos, uma vez que sua pauta é a busca por qualidade de vida, defesa de direitos e ética aos cidadãos, explicam Pacheco, Souza, (2016), e podem contribuir para a superação dos desafios observados.

A psicologia enfrenta ainda desafios ligados à sua relação com os órgãos que já fazem parte da Defesa Civil, como alertam Ferreira; Silva (2011), que citam o exemplo de situações em que há a interrupção do trabalho do psicólogo. Outra grande dificuldade de atuação da psicologia nesse campo é “[...] o acesso a algumas áreas isoladas do país e o pouco investimento dos governos para possibilitar que essa parcela da população seja assistida” (PACHECO; SOUZA, 2016, p.141).

Adicionalmente tem-se como desafios enfrentados o despreparo profissional, os abrigos mal equipados, dificuldade na relação entre profissionais e distintos setores, a pouca participação da população, a preocupação em objetos mais do que em ações que atendam ao sofrimento psíquico (FERREIRA; SILVA, 2011, p. 18).

Por fim, Ferreira, Silva (2011) evidenciam que a redução de riscos depende do planejamento de diversos profissionais, da comunidade e diversos outros atores, das “[...] lideranças comunitárias e religiosas, movimentos sociais, empresariado, outras porções do meio civil e também, militar” (FERREIRA; SILVA, 2011, p.18), destacando a necessidade de uma atuação integral e conjunta para que os desafios sejam superados e os objetivos sejam alcançados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, a construção de representação das relações do homem com a natureza gera questionamentos e desenvolvimento de ações para se utilizar de maneira consciente o que é oferecido pelo ambiente. Contemporaneamente consegue-se observar as mudanças nas questões ambientais e os impactos de seu uso, impondo séria atenção sobre essa relação, uma vez que na maioria das vezes os desastres naturais não são totalmente fora de controle humano ou acidentes que não se pode evitar. Dessa forma, planejar antecipadamente pode reduzir danos e possibilita organizar a reconstrução pós catástrofe com resposta rápida e socorro imediato.

A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDC) tem o potencial de barrar os desastres e dar suporte às vulnerabilidades dos residentes em áreas de risco, tanto social, quanto econômica, ambiental e de políticas públicas. É uma esperança para que os poderes municipais se alinhem com as políticas de prevenção de desastres, demandando verbas e mão de obra executiva para contribuir na precaução, a fim de até mesmo extinguir as verbas emergenciais. A população precisa conhecer seu papel na sociedade em que vive e se mobilizar por providencias efetivas, seja em que instância for. A organização da sociedade ainda é tímida, muito se deve a baixa escolaridade e o desconhecimento dos seus direitos, necessitando de maior mobilização nas consultas públicas que desenvolvem os planos municipais.

A Psicologia entra nesse campo com desafios e potencialidades enormes de atuação, e para isso demanda de investimentos dos gestores em compreender a importância de se criar estudos e práticas direcionadas as demandas emocionais em casos de emergências e desastres, bem como pesquisas em âmbito institucional, frente as dificuldades e a tarefa de socorrer. Até mesmo políticas internas de caráter psicológico poderá oferecer um serviço de qualidade a sociedade.

A atuação das (os) psicólogas (os) nas emergências e desastres, mesmo vinculada ao trabalho multiprofissional, envolvem práticas já estabelecidas à profissão desde seus primórdios. Contudo, a importância dessa em uma nova e distinta esfera de trabalho, mostra o quanto seu campo de conhecimento é valorizado na manutenção da vida dos que sofrem com as perdas diversas, cuja ação reconhecida e direcionada pelo CFP auxilia ainda mais seu avanço nos diversos espaços.

A psicologia precisa ter um olhar que vá além, indo mais fundo na gênese das vulnerabilidades, ficar atenta aos fenômenos que aparecem na sociedade e que é carente de políticas públicas particularizadas. Os efeitos psicológicos de um desastre são imensos e precisam ser mais bem trabalhados com investigações sociais e individuais, necessitando, para isso, ampliar ainda mais o conhecimento sobre o tema, visto que não se consegue determinar um tempo para que o sujeito se recupere de um trauma.

REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO, R. F.; SÉGUIN, E.; KLIGERMAN, D. C.; COHEN, S. C. Possíveis contribuições da integração das políticas públicas brasileiras à redução de desastres. **SAÚDE DEBATE** | Rio de Janeiro, v. 41, n. especial, p. 39-49, jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/RDRqDxd7FsQB9fSD8GRknCc/abstract/?lang=pt> Acesso em: 05 jan. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Instrução Normativa n. 2, de 22 de dezembro 2016. Estabelece procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e pelo Distrito Federal, e para o reconhecimento federal das situações de anormalidade decretadas pelos entes federativos e da outras providências. Anexo V – COBRADE. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br>. Acesso em: 02 jan. 2022.

CASTRO, Antônio Luiz Coimbra de. Glossário de defesa civil estudos de riscos e medicina de desastres. Ministério do planejamento e orçamento Secretaria especial de políticas regionais, Departamento de defesa civil. **Revista e Ampliada**, ed. 2, 1998. Disponível em: <http://www.defesacivil.mg.gov.br/images/documentos/Defesa%20Civil/manuais/GLOSSARIO-Dicionario-Defesa-Civil.pdf> Acesso em: 15 dez. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Nota Técnica sobre Atuação da Psicologia na Gestão Integral de Riscos e de Desastres relacionadas com a Política de Proteção e Defesa Civil**. 2016. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Nota-T%C3%A9cnica-Psicologia-Gestao-de-Riscos-Versao-para-pdf-13-12.pdf> Acesso em: 15 dez. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP. **Referências Técnicas para atuação de Psicólogos (os) na Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres**. Brasília/DF, 2019. Disponível em: <http://crp16.org.br/wp-content/uploads/2019/08/REFER%C3%80NCIA-T%C3%89CNICA-Riscos->

Emerg%C3%AAncias_Desastres-Vers%C3%A3o-Consulta-P%C3%BAblica.pdf
Acesso em: 03 jan. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Brasília – DF, 1 ed., 96 p., 2021.
Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologas-os-na-gestao-integral-de-riscos-emergencias-e-desastres/> Acesso em: 10 jan. 2022.

COSTA, Alice Moreira da; PACHECO, Maria Luiza Leal; PERRONE, Cláudia Maria.
INTERVENÇÕES NA EMERGÊNCIA: A ESCUTA PSICANALÍTICA PÓS-
DESASTRE NA BOATE KISS. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, **16(1): 155-165**,
abril, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rs/v16n1/13.pdf> Acesso em:
11 dez. 2021.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Análise de políticas públicas no Brasil: de uma
prática não nomeada à institucionalização do “campo de públicas”**. **Ver. Adm.
Pública – Rio de Janeiro, nov/dez. 2016**. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rap/a/tYDC3xqzZK33gpY3vfZ7jpG/?lang=pt&format=pdf>
Acesso em: 25 jan. 2022.

FELIX, E B et al. **O DANO INTERIOR: REPERCUSSÃO PSICOSSOCIAL DA
TRAGÉDIA DA VALE NA POPULAÇÃO DE BRUMADINHO-MG**. **Revista
Interfaces**, v.8, n.2, p.546-553, 2020.

FERREIRA, Marcos; SILVA, Cristina. **Psicologia das Emergências e Desastres e
a Política Nacional de Defesa Civil**. CFP, 2011. Disponível em
[https://emergenciasedesastres.cfp.org.br/wp-
content/uploads/sites/17/2011/10/352ncias-e-desastres-Tina-e-Marcos.pdf](https://emergenciasedesastres.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/17/2011/10/352ncias-e-desastres-Tina-e-Marcos.pdf) Acesso
em: 6 jan. 2022.

HOCHMAN, Gilberto. História e políticas. **Rev. bras. Ci. Soc.** **22 (64)** • Jun 2007.
Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092007000200012> Acesso em: 25
jan. 2022.

IBRAHIM, S Y, et al. **Atuação Profissional e Desastres: limites e recomendações**.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Brasil. **Vértices
(Campos dos Goitacazes), vol. 23, núm. 1**, 2021. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/journal/6257/625768606013/625768606013.pdf> Acesso em:
28 mar. 2021.

JUIZ DE FORA RECEBERÁ R\$ 30 MILHÕES PAGOS PELA VALE AO GOVERNO
DE MINAS POR CRIME AMBIENTAL E SOCIAL DE BRUMADINHO. Portal de
Notícias/Prefeitura de Juiz de Fora. Juiz de Fora - 13 julho de 2021 Disponível em:
<https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=link2&idnoticia2=71616> Acesso
em 18 dez. 2021

NOAL, Débora da Silva; RABELO, Ionara Vieira Moura; CHACHAMOVICH, Eduardo.
O impacto na saúde mental dos afetados após o rompimento da barragem da Vale.
SAÚDE MENTAL DOS AFETADOS APÓS ROMPIMENTO DE BARRAGEM. **Cad.
CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 4, n. 7, p. 524-541, jan./jun. 2022 – ISSN 2674-9483**

Saúde Pública 2019; 35(5):e00048419. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csp/a/zwdfcHFf9XtDC8vdN3FYMPQ/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 15 dez. 2021.

NOAL, D S, et al. Estratégia de Saúde Mental e Atenção Psicossocial para Afetados da Boate Kiss. **Psicologia: Ciência e Profissão.** Out/Dez. 2016, v. 36, nº4, p. 932-945. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pcp/a/8C3LfbM7KrL5QC8zjRmF5KK/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 29 mar. 2022.

PACHECO, Raquel Ferreira. SOUZA, Silvia Regina Eulálio de. A Psicologia junto as Políticas Públicas de Emergências e Desastres. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas** v. 2, n. 3, não paginado, jan./jun. 2017 – ISSN 2448-0738

PARANHOS, Mariana Esteves; WERLANG, Blanca Susana Guevara. Psicologia nas Emergências: uma Nova Prática a Ser Discutida. **Psicologia: ciência e Profissão.** [s.v.], [s.n.], não paginado. Apr-jun 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pcp/a/jKSKSLjXRPsRyKdcN35NVZr/?lang=pt> Acesso em: 10 dez. 2021.

ROCHA, B. M.; ROCHA, G.M. Vidas precárias do quadrilátero ferrífero de Minas Gerais: ecocídio, luto, reparação. **Rev. UFMG**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 36-55, mai./ago. 2020 Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/21479/28591> Acesso em: 12 dez. 2021.

UGARTE C, AGUILAR P, MAUVERNAY J. Voluntad política, coordinación y planificación: componentes clave para fortalecer la respuesta nacional a emergencias y desastres de salud pública en países de América Latina y. **Rev Panam Salud Pública/Pan Am J Public Heal.** 2018; **42:1-4.**

<http://iris.paho.org/xmlui/handle/123456789/49682>. Acesso em: 20 dez. 2021.

UNIFESP. **Gestão Local de Desastres Naturais para a Atenção Básica.** UNASUS – São Paulo, 2016. Disponível em:

<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/37492/2/Curso%20AB.pdf> Acesso em: 02 jan. 2022.

VIEIRA, Maluci Solange; ALVES, Roberta Borghetti. Interlocação das políticas públicas ante a gestão de riscos de desastres: a necessidade da intersetorialidade.

Rev. Saúde Debate. Rio de Janeiro, v. 44, n. Especial 2, p. 132-144, julho 2020.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042020E209> Acesso em: 10 jan. 2022.

SBARDELLOTO, G. et al. Transtorno de Estresse Pós-Traumático: evolução dos critérios diagnósticos e prevalência. **Psico-USF**, v. 16, n. 1, p. 67-73, jan./abril 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pusf/a/szPNZDJmvMM6PzPNJvXRFQz/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 27 mar. 2022.

CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 4, n. 7, p. 524-541, jan./jun. 2022 – ISSN 2674-9483

SCHAEFER, L. S., Lobo, B. O. M., & Kristensen, C. H. Reações pós-traumáticas em adultos: como, por que e quais aspectos avaliar? **Temas em Psicologia** – 2012, **Vol. 20, no 2, p. 459 – 478**. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v20n2/v20n2a14.pdf> Acesso em: 12 mar. 2022.